

ATA 10

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e dezanove, reuniu-se pelas 21h, a Assembleia de Freguesia ordinária da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21H30 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (RM)
- Sofia Margarida Murta Alves (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (RM)
- Nuno Filipe Teixeira da Cruz (RM)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (RM)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (RM)
- Mimoso Maria dos Reis Gomes de Pinho (RM)
- José António da Silva Barradas (RM)
- Ana Reynolds de Magalhães A. C. Castro Saraiva (PSD)
- Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PSD)
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS)
- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS)
- Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS)
- Gustavo Marcos dos Santos Martins Coelho (PS)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Delfim Fernando Melo Ferreira de Sousa (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Alexandre Paulo da Silva e Sá (RM) – substituído por Sofia Margarida Murta Alves;
- José Leandro Amaro da Veiga (RM) – substituído por Mimoso Maria dos Reis Gomes de Pinho;
- Filipa Maria Beleza Braga (RM) – substituída por Nuno Filipe Teixeira da Cruz;

ATAS

- Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira (PS) – não foi substituída por David dos Santos Ferreira, não compareceu;
- António Pedro Lima Sequeiras Magalhães Pinto (PS), substituído por Albina Fernanda Monteiro Pacheco;
- Maria Manuela Nunes Lopes G. de Brito Amorim (PS) – substituída por Gustavo Marcos dos Santos Martins Coelho;
- António de Oliveira Alves (CDU) – substituído por Delfim Fernando Melo Ferreira de Sousa;

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário – Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro
- 2ª Secretário – José António da Silva Barradas

Presenças associativas:

- Associação de Doentes Renais do Norte de Portugal;
- Associação do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres;
- Associação de Moradores do Bairro da Mouteira;
- Associação de Moradores do Bairro de Lordelo do Ouro

Inscrições do público e das Associações:

- **Tomé Meireles**, morador no bairro da Mouteira, refere a sua perda de licença de venda de velas junto ao cemitério. Nos últimos tempos várias pessoas o têm abordado para saber o motivo de não estar presente como vendedor e se a vaga que existe, junto ao Cemitério de Lordelo do Ouro, no próximo ano se vai manter-se.

- **António Azeredo**, morador em Bairro de Lordelo, na zona do Fluvial, pede para falar sobre o que os moradores têm assistido naquela zona, designadamente com a invasão de toxicod dependentes a vender droga e a consumirem. As áreas arborizadas naquela zona estão todas sujas e ocupadas por eles e nos prédios encostam-se às paredes, injetam-se e fazem as necessidades à vista de todos. Foi ainda referido, pelo morador, que foram já várias as vezes que são feitas queixas à polícia mas que os agentes dizem que não têm meios, que não podem, que não têm o apoio necessário para atuarem. Vender droga é um crime, refere o morador.

As crianças já não podem frequentar aqueles jardins, devido às seringas espalhadas pelo chão bem como outras "coisas" mais.

- **Gomes Pereira**, morador na rua Pedro Escobar, refere que deixou de ser possível passear nos jardins, nas ciclovias, pois aquilo é um reflexo do que era o Aleixo há alguns anos mas agora mudaram-se para aquele local, com carros a parar para comprar droga, pessoas a dormirem na via pública e as ruas estão todas sujas. O problema é de difícil resolução mas é um problema de saúde pública, pois achamos que os próprios colaboradores, dos serviços de limpeza, se recusam a fazer determinado tipo de limpeza, com medo de se picarem nas seringas que por ali abundam.

- **César Santos Silva**, refere a questão do que se está a passar na rua de Serralves. As obras em Serralves são surreais, em parte devido ao atraso em que começaram. Na rua de Cima existia uma placa com o início das obras em treze de maio e término em treze de oito e estamos a dezassete de dezembro e ainda não terminaram.

Quanto à forma como estão a ser feitas as obras é de referir que, ao fim-de-semana, os carros estão estacionados em cima dos passeios porque não há desnível nenhum entre os passeios e a rua. Isto é grave e mais grave será, pois seis vezes por dia, vinte crianças de um infantário, sobem a rua, atravessam a rua Marechal Gomes da Costa para a Escola da Ponte.

A questão é saber se a rua vai continuar nivelada com os passeios? As crianças vão ser obrigadas a virem para a rua, com os custos inerentes a esse facto. Quando a rua estiver concluída, o tráfego vai ser mais rápido e se estiver um dia de temporal, com as crianças na rua, perguntamos o que pode acontecer? A Junta de Freguesia, apesar de avisada, a Câmara Municipal do Porto, a vereadora e a arquiteta da obra, e antes que algo aconteça, que voltem atrás, pois se for verdade que querem colocar os passeios nivelados com a rua é pacífico mas coloquem pilaretes, para impedir que a nossa falta

de urbanidade, salte para os passeios. Achar que ninguém vai estacionar nos passeios, é de alguém que não conhece a realidade. Se a obra for concluída da forma como está, tenho acesso à imprensa e responsabilizo toda a gente, por nada fazerem, tanto a Junta de Freguesia, como a Câmara Municipal do Porto. Quando foi a reunião em Serralves, na Escola Leonardo Coimbra, a Senhora Presidente estava presente e sabemos que é sensível às ações sociais, mas recorde-me de ter dito à vereadora e à arquiteta, para terem cuidado com o que estavam a fazer e apesar dos atrasos brutais da obra, pois deveria acabar em agosto, a Câmara Municipal do Porto não teve o cuidado de pedir desculpa às pessoas, o que, no meu entender, seria pertinente fazer.

- **José Macedo**, morador no Bairro do Bom Sucesso, comunica à Senhora Presidente que não foi ao Bairro, como prometido, para informar que os moradores estão a entrar num clima de terrorismo, maus instintos entre uns e outros, devido a não saberem o porquê das obras não terem começado no mês de outubro. Os proprietários privados e os inquilinos não têm culpa das regras que a Câmara Municipal do Porto fez ao vender e ao alugar os imóveis. Por último, os inquilinos que pagam aluguer estão na disposição de falar com o Senhor vereador, Dr. Fernando Paulo, pois nunca foi comunicado aos inquilinos o que tinha sido prometido.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, usou da palavra para dar resposta ao Sr. Tomé referindo que é verdade que as pessoas sentem a falta de uma pessoa a vender velas e flores junto ao cemitério. A senhora a quem lhe foi atribuído o lugar em concurso, não esteve presente devido a doença. Informo também, e é conhecimento do Sr. Tomé, que vai abrir um novo concurso, ao qual pode novamente concorrer e talvez desta vez volte ao seu lugar, pois a Junta nada pode fazer, por ser um concurso público. Este concurso irá realizar-se em janeiro ou fevereiro.

Quanto à zona do Fluvial, é importante que existam pessoas que digam que isto também existiu no Aleixo durante muitos anos, algo que não se via, mas que existia. Quero dizer que tanto a Junta de freguesia, como as Associações, a Câmara Municipal do Porto, têm feito um trabalho muito próximo destas situações. Estamos em contacto permanente, diário, com a polícia, com a 15ª esquadra e a Câmara Municipal do Porto, que inclusivamente já ofereceu alguns meios, como carros e a Segurança Pública não tem também operacionais suficientes para o acompanhamento desta problemática. Nós e as nossas assistentes sociais, estamos a fazer um trabalho também diário. Na zona do Fluvial, neste último mês, tem sido muito mau e já chamamos diversas vezes as equipas

de limpeza, pois agora elas também têm de ser especializadas. O Presidente da Câmara, na semana passada, esteve presente naquela zona e o próprio Corte Inglês e o Fluvial já contrataram seguranças privados, pois para além dos toxicodependentes se injetarem, também dormiam naqueles espaços. Junto do passadiço, para além das seringas, existem assaltos aos carros, o que já não acontecia há algum tempo em Lordelo, mas estamos atentos a esta questão.

Em relação à rua de Serralves não está fácil, mas é algo necessário, tomei nota da situação das crianças e irei falar amanhã com a Dr^a Cristina Pimentel.

Todas as situações que me trazem, tenho a obrigação de as comunicar à Câmara Municipal do Porto. Amanhã irei falar com a senhora vereadora e talvez proporcionar uma reunião com o Senhor César Santos Silva.

Quanto ao Bom Sucesso, estive com a responsável da Domussocial, no Bom Sucesso, e todos queríamos as obras há muitos anos. Não é uma situação fácil, pois é algo que está mal feito e foi assumido pelo Senhor Vereador e pela Domussocial. Vão haver obras nas habitações próprias e nas habitações da Câmara. As obras não começaram porque a Domussocial esteve a falar com todos os privados, pois as casas património da Câmara Municipal do Porto, têm outro tratamento. Está a ser feito um novo estudo, que estará concluído em janeiro, e haverá novas condições, estando orçamentado na Câmara as obras no Bairro do Bom Sucesso. O que existe não está bem, mas vai acabar bem, quer ao nível da segurança das entradas, quer ao nível de todo o Bairro. A visita foi técnica com arquitetos, engenheiros, empreiteiros, para se arranjar uma solução o mais rápida possível e mais acessível a todos. O Dr. Fernando Paulo está a fazer todas as diligências possíveis e em 2020 iremos dar a dignidade que o Bairro do Bom Sucesso, merece.

Intervieram antes da ordem do dia:

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, informou da existência de uma recomendação e de uma moção da CDU e também do Bloco de Esquerda.
- **Delfim Sousa, CDU**, apresentou a recomendação "Programa Rua Direita", que é um projeto de urbanismo para dar mais dignidade a alguns arruamentos da Cidade do Porto.
- **Casimiro Calisto, CDU**, Apresentou a Moção "Sobre a Cervejaria Galiza".

ATAS

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, seja qual for a decisão desta Assembleia, terei de lhe colocar algumas questões para dar seguimento ao solicitado na moção.

- **Nuno Cruz, RM**, no dia da Assembleia chegaram recomendações e moções, as quais não se conseguiram examinar com atenção e solicitou às forças partidárias que as fizessem chegar com tempo, para se poder votar em consciência.

Quanto à recomendação da "Rua Direita" informou que o programa está a ser cumprido nos trâmites legais, processos a cumprir antes de se começar a obra. Nesta intervenção ainda informou que se iriam abster nesta recomendação.

- **Cláudia Costa, RM**, reafirmou o que o seu colega da bancada, Nuno Cruz, acabou de dizer e por diversas vezes solicitou à CDU, BE e às outras forças partidárias, para fazerem chegar as moções com quarenta e oito horas ou vinte e quatro horas, para se poder analisar e votar em consciência.

Quanto à Cervejaria Galiza, pensa que não é do domínio do público, nem da nossa intervenção. São portanto, duas razões: não terem tido tempo para estudarem as questões e em segundo lugar, efetivamente, não ser do foro desta Assembleia e como tal, informou que se iriam abster desta recomendação.

- **Marco Leitão, PS**, em relação ao "Programa Rua Direita" e ao envio tardio, que tem sido referido aqui, acompanhamos esse sentimento. Temos de tomar uma posição com o tempo limitado e quanto à recomendação da Cervejaria Galiza, não precisamos de muito tempo, pois esta questão é pública e muito falada nos meios da comunicação social e informou ainda que iriam votar favoravelmente.

Quanto à recomendação " Programa Rua Direita", estariam na dúvida, porque não sabiam se o que lhes tinha sido transmitido pela CDU era verdadeiro, mas também não acreditavam que a CDU apresentasse esta recomendação, sem ter a noção exata do que estavam a apresentar. Vão confiar que esta recomendação, em termos de lógica, está certa e irão votar a favor.

- **Susana Constante, BE**, relativamente aos atrasos dos prazos para a apresentação das propostas, são legítimas e são feitas à CDU e ao BE, porque são os que mais têm trazido a esta Assembleia recomendações e moções. O que é legítimo, é todos conhecerem a legislação e a legislação determina que todos podem apresentar as propostas na hora da discussão, na assembleia de freguesia. Temos de estar preparados

para discutir as questões que são trazidas e as duas propostas da CDU, são relevantes, fundamentais para o que se passa no território desta União de Freguesias e aqui estão a ser discutidas questões regulamentares. Volto a reforçar que o regimento permite fazer isso e nenhum de nós é profissional da assembleia de freguesia. Para quem recebe estas propostas, e o BE também recebeu a meio da manhã, e sabemos que vai haver uma Assembleia Freguesia, temos de nos preparar para ela. Não sendo profissionais da Assembleia de Freguesia, também não temos de apresentar propostas quarenta oito horas antes da realização da mesma.

Em relação às propostas trazidas, o BE vai votar favoravelmente e entendemos que a moção da Cervejaria Galiza, é premente, sendo uma excelente iniciativa da CDU, pois é um estabelecimento histórico.

Quanto ao "Programa Rua Direita" fazia uma sugestão em que a formulação não fosse manifestada à Câmara Municipal do Porto pela indignação, mas pela sua preocupação em relação a um processo que pode ser moroso e está atrasado.

- **Presidente da Assembleia da Freguesia**, usou da palavra para lembrar que o assunto das quarenta e oito horas, que se tem vindo a falar nas Assembleias, é um assunto que da sua parte sempre solicitou às forças partidárias para o fazerem. Primeiro, porque as pessoas gostam de ler, pensar e acho que a Freguesia sai mais beneficiada se os assuntos forem discutidos e não só votados. Lembrou ainda não ser um profissional da política, que tinha outra atividade profissional e que poderia chegar a uma Assembleia e ninguém ter recebido a documentação. Não tem sido prática não apresentar os documentos e o que sempre foi pedido, foi para ser apresentado dentro das possibilidades, das forças políticas, com alguma antecedência.

- **Ana Reynolds, PSD**, usou da palavra para reforçar a ideia relativamente ao assunto, da entrega das moções e recomendações nas vinte e quatro horas ou mesmo em cima da Assembleia. A Dra Susana Constante sabe que quantidade não é igual a qualidade e se devemos pensar nos assuntos, e alguns deles são sérios, dever-se-ia preparar com tempo para se poder votar em consciência.

- **Casimiro Calisto, CDU**, em relação a este assunto nem existe discussão, porque todos têm culpa. O PSD já apresentou moções ou recomendações na próprio dia da assembleia. O regimento permite e não existe má intenção. Foi enviado, da parte da manhã, para dar muito tempo para distribuir. Em relação aos prazos, toda a

documentação desta assembleia de freguesia foi enviada sexta-feira, às dezoito horas e seis minutos e pergunto qual é a moral para estarem com esta indignação por receberem duas folhas hoje de manhã.

- **Delfim Sousa, CDU**, informou que iriam aceitar a alteração da palavra sugestão para preocupação, não deixando de informar que o " Programa Rua Direita", era um projeto público, que estava no site da Câmara Municipal do Porto e foi trazido por si na última assembleia em que tinha estado presente. O Projeto está calendarizado pelo Vereador do Urbanismo, que o tinha apresentado muito bem, e estavam de acordo. Trata-se de um excelente projeto. Compreende as burocracias, mas quem não compreende são os moradores, como caso dos moradores do Bairro da Arrábida, que se encontram há bastante tempo com os arruamentos que não são passeios, sem luz, sem nada, desde que o bairro foi construído que nada mais foi feito. O bairro é centenário.

Colocada à votação a Recomendação "Programa Rua Direita"

Votos contra – zero

Abstencões – 10 (RM 8; PSD 2)

Votos a favor – 7 (CDU 2; BE 1; PS 4)

Colocada à votação a Moção "Sobre a Cervejaria Galiza"

Votos contra – zero

Abstencões – 10 (RM 8; PSD 2)

Votos a favor – 7 (CDU 2; BE 1; PS 4)

- **Susana Constante, BE**, usou da palavra para apresentar as moções "Pela implementação urgente do Passe Família na Área Metropolitana do Porto" e a Recomendação "Pela realização das Assembleias de Freguesia em locais diversos do território". Nesta apresentação sugeriu vários pontos demográficos onde se podem realizar as Assembleias de Freguesia, sem ser só neste espaço, como por exemplo na Casa de Cultura de Lordelo do Ouro, na Escola Básica do 1º Ciclo da Pasteleira e na Biblioteca Almeida Garret, sendo uma mera sugestão, pois existem outros equipamentos que permitirão esta proximidade. Propôs ainda, que as quatro assembleias ordinárias

de dois mil e vinte fossem em quatro locais distintos e que eles fossem definidos até ao início de fevereiro e igualmente que fosse feita a sua divulgação desta descentralização. Quanto a moção "Pela Implementação urgente do Passe Familiar na área Metropolitana do Porto", a Assembleia deveria apresentar a Câmara Municipal do Porto a melhoria nos transportes públicos, para que a mesma intervenha junto da Área Metropolitana do Porto e garantir que a partir de janeiro, o passe familiar fosse uma realidade.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, informou que em relação às assembleias de freguesia, era um assunto que tinha já sido abordado, fazer uma assembleia de Freguesia em Massarelos e outra em Lordelo alternadamente. Em Lordelo, onde eram realizadas as assembleias de freguesia, encontram-se os CTT e o espaço cidadão, que irá deixar de funcionar, pois estarão previstas obras ,a partir deste mês, para ser feita uma sala condigna para a realização das assembleias de Freguesia. Ainda informou não ser contra que se façam noutros locais, no entanto, lembrou que teriam de ser acauteladas as condições mínimas para que se realizassem. Tendo dado como exemplo que sejam precavidas as condições como o som e a distribuição de documentação de última hora.

- **Cláudia Costa, RM**, usou da palavra reforçar que basicamente o Dr. Mário Praça falou sobre o assunto da minha intervenção. Lembrou que efetivamente os sítios onde poderiam ser feitas as assembleias, concretamente na Junta de Lordelo que iria entrar em obras e sugeria à Dra Susana que fosse enviada esta recomendação para a altura em que esse local estivesse à disposição e portanto o adiamento da proposta, para todos poderem votar em consciência..

- **Casimiro Calisto, CDU**, informou que iriam votar a favor das duas propostas apresentadas. Em relação à descentralização das assembleias de Freguesia e quem recebe as nossas propostas, ao abrigo do estatuto da oposição, isso vai sempre lavrado. Lógico que não se pode realizar uma assembleia num sítio sem condições, mas são a favor da descentralização nos locais convenientes, no espírito de proximidade com o freguês.

Em relação ao passe social, está tudo dito e nos tempos que correm, é uma ideia que está muito firme na sociedade pelo custo dos transportes públicos e a desmotivação ao transporte individual fica mais acelerada.

- **Marco Leitão, PS**, usou da palavra informando que relativamente à recomendação "Pela realização das Assembleias de Freguesia em locais diversos do território, iriam acompanhar a ideia subjacente e vão votar favoravelmente, ressalvando as questões das condições necessárias e caso existam todas essas condições, seriam a favor.

Relativamente a moção "Pela implementação urgente do Passe Familiar na Área Metropolitana do Porto", lembrou a questão do envio tardio desta moção e teriam mais dificuldade na tomada de uma posição. A primeira reação foi saber o porquê desse atraso e tentaram saber, através da internet, e o que encontraram relativamente ao atraso, teria a haver com a implementação do título que ficou mais caro e o que é referido pelo Sr. Presidente da Área Metropolitana do Porto. Como ficou mais caro e o dinheiro não chegou, como estava previsto para custear a implementação desse mesmo passe. A Junta Metropolitana do Porto, foi obrigada a pedir um reforço financeiro ao Governo, sendo que o mesmo só estará disponível em janeiro de dois mil e vinte, com a aprovação do orçamento. Esta justificação parece plausível e este passe é muito benéfico para as famílias na área do transporte e o transporte público nas cidades é muito importante. Estão com uma grande expectativa que isto se possa resolver em janeiro de dois mil e vinte.

Relativamente ao facto de ter sido dito que alguns partidos não apresentavam moções, recomendações, nas assembleias de freguesia, a estratégia do PS, é focarmo-nos nos pontos da ordem de trabalhos e acham muito bem que hajam outros partidos que as apresentem e que nós participamos com muito gosto.

- **Cláudia Costa, RM**, quando falou em adiar a recomendação em relação às assembleias, foi para efetuar um apelo à Dra. Susana, pelo conhecimento das condições dos locais onde as assembleias de freguesia poderiam ser realizadas. Neste momento e nos tempos mais próximos, as condições de som, de apoio administrativo, de aquecimento e de dignidade, não existem. Neste momento não era uma questão que deveria ser trazida à assembleia, porque tendo conhecimento da não existência de meios para transformar estas questões em realidade, leva ao nosso pedido de adiamento dessa recomendação.

No que diz respeito à moção "Pela Implementação urgente do Passe Familiar na área Metropolitana do Porto", e mais uma vez em cima do acontecimento, lembrou haver necessidade de implementação de tecnologia que teria de ser implementada para os passes familiares poderem ser utilizados e existindo articulação com a Câmara Municipal do Porto e a Área Metropolitana do Porto, no sentido de implementar essa tecnologia,

situação que neste momento não existirá. O Movimento RM irá se abster, porque têm a noção que a Área Metropolitana e a Câmara do Porto, estão a trabalhar ativamente, no sentido da melhor implementação deste passe social.

- **Gustavo Coelho, PS**, usou da palavra para informar que se iriam pronunciar apenas na moção "Pela implementação urgente do Passe Familiar na Área Metropolitana do Porto" por existirem valores importantes e importava falar deles. É a equidade no acesso à mobilidade nos transportes coletivos e por outro lado, no reforço da utilização dos transportes coletivos, que neste momento é um instrumento extremamente fundamental para a transição energética que queremos promover, no constrangimento e na fluidez do trânsito na cidade do Porto. Por estas duas razões, é absolutamente fundamental que se promova a maior utilização dos transportes coletivos e o passe familiar é um instrumento inelutável, nesta tentativa de promoção da utilização dos transportes públicos e por estas duas razões não poderia deixar de votar a favor nesta moção. Mas, chama a atenção para o reverso da medalha, a redução dos preços dos transportes acarreta um aumento da procura e esse aumento da procura é desejável, mas tem de ser acompanhada, com um aumento da frequência e da capacidade das carreiras para servirem muitas zonas.

- **Susana Constante, BE**, em resposta lembrou que relativamente ao passe familiar e aos problemas técnicos que foram apresentados como justificação, tendo um atraso em relação a Lisboa, onde o mesmo está em vigor desde julho deste ano, argumentar as partes técnicas para a implementação do passe de família, levaram mais tempo no Porto do que em Lisboa. Esta explicação foi a que foi recebida da parte da Área Metropolitana do Porto, já algum tempo, mas o que foi explicado a seis de dezembro, e depois de ter havido novamente alertas, de que em julho em Lisboa já tinha sido implementando e estamos no fim do ano e ainda não está a ser implementado no Porto. Está escrito na moção. Esta moção acompanha as declarações do Presidente da Área Metropolitana do Porto, a implementação do passe social familiar em janeiro do próximo ano.

Relativamente à recomendação deixou algumas clarificações: a recomendação foi feita hoje e será votada hoje e cada grupo político votará em consonância com o que acha que faz sentido. Independentemente do resultado da votação, podemos voltar a trazer a recomendação, se tal for necessário. Está escrito no plano de atividades que vamos votar hoje para dois mil e vinte e passo a citar: "é nossa intenção continuar a desenvolver uma política de proximidade para com os cidadãos, bem como privilegiar a modernização

e a eficiência dos serviços autárquicos”; Citação dois: “implementar a descentralização das reuniões do executivo e das assembleias de freguesia”. Assim vai haver quatro reuniões e cada uma delas acontece num local diferente, não é alternar entre Massarelos e a casa da cultura de Lordelo. Está no site da Junta um mapa georeferenciado dos equipamentos escolares, mas não um mapa com a localização das coletividades, apenas tem uma lista, não está a georeferenciação. Excelente, o mapa que permite essa leitura e o espaço que está sujeito a obras, não tem de ser esse o espaço para a realização das assembleias de Freguesia, havendo escolas onde também podem realizar-se as Assembleias.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, usou da palavra para lembrar que as reuniões públicas realizadas pelo executivo tinham uma função e as assembleias de freguesia tinham outra e ainda referiu que se fosse obrigado a realizar assembleias de freguesia em espaço sem as condições necessárias, não estaria presente.

- **Marco Leitão, PS**, usou da palavra para falar sobre a moção “Pela implementação urgente do Passe Família na Área Metropolitana do Porto” mencionando que quando a Dra Susana referiu aquilo que está escrito na moção, em que o Presidente da Área Metropolitana do Porto diz que não deixará cair a medida, se em causa estiver a verba necessária, isso tem haver com o que tinha falado, ou seja será necessário um reforço financeiro e esse reforço virá no próximo orçamento . Por isso, só no mês de janeiro e se o reforço financeiro não vier, serão as câmaras municipais que vão resolver esta questão.

Colocada à votação a Moção “Pela implementação urgente do Passe Família na Área Metropolitana do Porto”

Votos contra – 2 (PSD)

Abstenções – 8 (RM)

Votos a favor – 7 (2 CDU, 1 BE, 4 PS)

Colocada à votação a Recomendação “Pela realização das Assembleias de Freguesia em locais diversos do território”

Votos contra – 10 (8 RM, 2 PSD)

Abstenções – zero

Votos a favor – 7 (2 CDU, 1 BE, 4 PS)

- **Nuno Cruz, RM**, usou da palavra para falar em relação ao problema da droga e como morador na rua das Condominhas, informou que convivia com esse problema todos os dias. A Polícia de Segurança Pública, diz que não tem meios e condições e o Sr. Presidente da Camara Municipal do Porto disponibilizou dez automóveis, câmaras de filmar, que vão ser colocadas para filmar o trânsito mas que também podem servir a polícia. A polícia está a ser paga com gratificados para a Câmara ter policias. As salas de consumo assistido foram desbloqueadas agora, e a despenalização do consumo? Podíamos fazer uma moção de confiança ao Sr. Presidente para que na Assembleia da República possa ser criada uma Lei, para acabar com o consumo.

- **Delfim Sousa, CDU**, usou da palavra para falar sobre o problema da droga e sobre os problemas no Bairro Social da Arrábida que continuam, sobretudo aos fins de semana, onde aparecem pessoas para comprar droga. Um bairro que nunca teve droga, é um problema recente, alguém foi viver para o bairro e vende droga. Os carros aparecem, compram a droga e injetam-se à frente de todos os que ali vivem. Os moradores pediram-nos para informar que estão cheios de medo, pessoas de certa idade já não saem à rua, inibem-se de ir às compras e alguma coisa terá de ser feita.

Outra questão, tem haver com a permissão de terem deixado construir um posto de abastecimento de gasolina na rua do Gólgota, cortando uma parte importante do parque de estacionamento, numa rua cheia de trânsito, só com uma faixa de rodagem de acesso a A1 e a VCI. Pergunto como irá ser quando a bomba de gasolina estiver construída e em funcionamento.

- **Susana Constante, BE**, usou da palavra para questionar sobre as dependências na freguesia e na cidade, dado que em trinta um de julho, tinha existido uma reunião nesta Junta de Freguesia. Relativamente a este assunto e dessa reunião tinha havido um compromisso de se realizar uma sessão pública sobre esta matéria na freguesia, sessão essa que ainda não se tinha realizado.

Em dezoito de setembro, na última assembleia de Freguesia, foram apresentadas duas propostas de documento: uma moção aprovada e uma recomendação, sendo que essa seria a mais importante pois falava sobre a realização de reuniões regulares com as

organizações e agentes de terrenos que acompanham estas situações e mais uma vez não tinham acontecido. Gostaria de saber como irá ser.

- **Marco Leitão, PS**, solicitou a palavra para informar que acompanhavam a preocupação do Sr. Tomé, em relação ao cemitério, e vão também acompanhar o processo do concurso.

Em relação a questão da toxicodependência e do tráfico, seria necessária uma ação mais reforçada nestas áreas. Tinham conhecimento que estaria a haver um reforço nessa intervenção, mas que só a PSP, não iria resolver o problema do tráfico. Tinham de ser todas as entidades que possam atuar nesta área. Na área da saúde, a própria Câmara, a Junta de Freguesia e outras entidades privadas atuam nesta área, de forma coordenada e tentam encontrar a melhor solução. Não se pode ter a esperança que se vai resolver de um dia para o outro o problema do tráfico e do consumo. Este problema sempre existiu, espalhou-se e é agora um problema bastante complexo mas se todos atuarem, poderão contar com o Partido Socialista, para ajudar.

Relativamente ao passeio de Serralves, pessoalmente não conheço, sendo que se a situação é como foi referida, acham que deve haver uma atuação o mais rápido possível. Quanto ao Bairro do Bom Sucesso, esperam que o mesmo seja intervencionado o mais rápido possível.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, informou a Assembleia que a Dra Carla Silva já se encontrava na sala e como chegou antes da ordem do dia, teria direito a estar presente.

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 – Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia de 18 de setembro de 2019;

Intervieram neste ponto:

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, solicitou que os membros da assembleia que não estiveram presentes na última Assembleia não votassem face ao parecer enviado pelo Sr. Eng. Casimiro Calisto. As pessoas que estão presentes, têm o direito a ocupar o seu lugar, o que não devem é votar. Não será necessário a sua ausência da sala, por não fazer sentido nenhum. Existem três possibilidades de votação, a favor,

abstenção ou voto contra e no caso de não terem estado presentes na assembleia anterior, não votam. Já fiz chegar essa recomendação / parecer a todos e ninguém se pronunciou sobre esta matéria.

- **Casimiro Calisto, CDU**, usou a palavra para referir que em complemento com o que o Sr. Presidente da assembleia de Freguesia referiu anteriormente, lança um repto aos serviços jurídicos que apoiam a Junta, para que se pronunciassem. No seu entender, será perfeitamente taxativo que as pessoas que não estiveram na anterior assembleia não devam participar na votação, mas se chegarem à conclusão que é ao contrário, é indiferente. O que interessa é que seja feito com legalidade.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, agradeceu a informação e lembrou que mal chegue o parecer jurídico o mesmo será enviado a todos os membros da assembleia de freguesia.

Colocado a votação o ponto um:

Votos Contra – zero

Abstenções – zero

Votos a Favor – 11 (2 PS, 8 RM, 1 PSD, 1 BE)

Não votaram: Casimiro Calisto, CDU, Delfim Sousa, CDU, Gustavo Coelho, PS, Albina Pacheco, PS, Ana Elisa, PS, Teresa Osswald, PSD e Mimoso Pinho, PSD.

Ponto 2 – Apreciação e votação do Contrato Inter-Administrativo e de delegação de competências a celebrar entre a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e a Câmara Municipal do Porto;

Não houve intervenções.

Colocado a votação o ponto dois:

Votos Contra – zero

Abstenções – 1 (BE)

Votos a Favor – 17 (9 RM, 2 CDU, 4 PS, 2 PSD)

Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020;

Intervieram neste ponto:

- **Gustavo Coelho, PS**, solicitou a palavra para dizer que nas grandes opções do plano havia algumas coisas que gostaria de comentar.

Em primeiro, pelo sentimento que ficou quando leu o documento. Achou que o mesmo parecia uma lista de compras, mera listagem de atividades e não lhe parecia um plano de atividades, pois faltava identificar os objetivos que se pretendiam atingir e os destinatários das ações e também clarificar os parceiros em que tenha haja o envolvimento de terceiros.

Sobre algumas propostas e começando pelo apoio e reforço às associações de pais para a concretização dos seus planos de atividades, trata-se de uma proposta vaga e seria necessário a responsabilização dos destinatários dos dinheiros públicos e isso faz-se através de programas e projetos com objetivos bem definidos e passíveis de avaliação no final.

A promoção da realização de sessões de esclarecimento sobre diversos temas da atualidade, como a sexualidade, toxicodependência, igualdade de género, suicídio, alimentação saudável, entre outros, considera ótimo a preocupação da Junta em contribuir para a promoção da saúde.

Fala-se também no Gabinete de Psicologia, com consultas gratuitas, avaliações, aconselhamento, auxiliando os utentes em certas situações do foro psicológico. De igual forma, o serviço nacional de saúde disponibiliza consultas de psicologia gerais, como para problemas específicos e em nada se opõe a esta extensão na Junta de Freguesia, mas perguntava o que pode acontecer se o psicólogo reconhecer que as suas capacidades perante o paciente foram exauridas e que será necessária uma intervenção médica. Essa intervenção está acautelada no doente e no Serviço Nacional de Saúde. Aqui existe algum protocolo com a Serviço Nacional de Saúde ou com o Hospital de S. António? No último ponto do plano é mencionado a colaboração com os centros de saúde, o que é positivo, mas muitas das propostas apresentadas fazem já parte do plano de intervenção do Serviço Nacional de Saúde.

Quanto ao tema da habitação e da mobilidade, diz no plano de atividades, a apresentação de propostas e sugestões associadas à mobilidade, ao trânsito e ao estacionamento e não aparece uma única palavra sobre os transportes coletivos, para que a Junta de freguesia se mobilize junto da STCP.

Uma grande ausência no plano, sobre o maior problema desta freguesia, a toxicodependência. Esta surge duas vezes, em todo o documento, como alvo de objetivos nas escolas e no policiamento no Bairro Pinheiro Torres, Pasteleira Nova e Lordelo. A toxicodependência é uma doença e não um crime e é como tal, que deve ser tratada. Pretender-se resolver este problema com um plano policial, representa um retrocesso de quase vinte anos.

- **Marco Leitão, PS**, usou da palavra para informar não terem recebido os emails, que foram enviados aos líderes de cada partido, para que a oposição pudesse ter participado. Falou com a Dra. Paula Roseira e ela comunicou que também não tinha recebido os emails. Já tinha falado também com a colaboradora e não estava a dizer que não tivessem sido enviados, apenas que não tinham recebido. Por essa razão, não estavam no plano as sugestões do PS, mas estavam ali para fazerem algumas sugestões, dando assim o seu contributo.

- **Sofia Murta, RM**, intervenção para lembrar que na política se discute muita coisa e no caso específico da toxicodependência. O Estado é muito mais que isso, o Estado somos todos nós. A toxicodependência "é bonita" quando ela está à nossa porta há trinta anos, quando dejetam a vinte centímetros da nossa porta, quando o nosso filho esteve oito anos sem psicólogo, sem diagnóstico, quando temos de pagar consultas do nosso bolso, porque o Estado somos todos nós, a política existe para isto, mas também para crescer. Toda a ajuda que se possa dar nos planos de atividades, para serem mais completos, para se ir mais além. Todos devemos participar, pois é para isso que cá estamos, e não só para defender bandeiras.

- **Nuno Cruz, RM**, usou da palavra para lembrar que quando se paga gratificados à polícia, para se ter polícia nos bairros, centros de saúde nas Campinas que foram entregues ao Governo, isto é concorrência do Estado ao Estado.

Quanto à descentralização dos STCP, foi feita há um mês e já surgem críticas sobre as linhas que não estão bem.

Quanto ao consumo não é crime, mas o consumo e o consumidor deviam ser penalizados, pois o consumo às portas das escolas, das igrejas ou em qualquer lado das ruas devia ser penalizado. Devia haver mais polícias, porque a droga combate-se, para que ela desapareça da cidade do Porto. Temos menos polícias do que tínhamos em mil

novecentos e quarenta. A polícia serve para que as pessoas não tenham medo de viverem com medo nos bairros.

- **Cláudia Costa, RM**, usou da palavra para demonstrar a sua estupefação com as questões apresentadas pelo deputado do PS, sobre as grandes opções do plano porque viu uma coisa completamente diferente.

Relativamente à educação, a Junta de Freguesia sempre privilegiou uma interação entre a Junta, as escolas e as associações de pais e estas são por várias vezes mencionadas. Porque é a Junta, a chamar as associações de pais e que são no fundo os nossos fregueses.

No que diz respeito à Escola Segura, também foi devidamente destacada e estamos a falar de grandes opções e não de questões particulares.

No que diz respeito à ação social, é clara a importância dada neste plano de atividades e o importante é estarmos aqui para as pessoas e não a pensar em questões políticas. Neste orçamento é notório uma grande importância pelas pessoas e não o erguer da bandeira.

- **Susana Constante, BE**, usou da palavra para informar que quanto ao documento que está a ser discutido, a primeira questão que deve ser levantada diz respeito ao estatuto de direito de oposição e há dois sítios no documento em que as propostas foram recebidas e integradas, mas não é claro onde elas foram integradas e sugeriu que numa próxima apresentação do plano de atividades, aparecesse claramente que essa proposta tinha sido apresentada pela CDU ou pelo BE. A outra possibilidade seria dar resposta no contexto do direito de oposição aos partidos dizendo que essa proposta será integrada e iriam reconhecê-la num determinado ponto. Das propostas apresentadas pelo BE, não encontrou mencionado em nenhuma parte do plano de atividades. Sobre as grandes opções e o que entendemos por ação social, educação, houve um reforço, preocupação da Junta nas questões sociais e algumas dúvidas na linha do que dizia o PS, pois existirá uma descrição muito genérica que suscita dúvidas, tais como: reforço das estratégias das políticas da juventude, existe um primeiro Festival da Juventude, o que vai ser e outras intervenções, as quais gostariam de saber mais sobre como irão funcionar.

- **Casimiro Calisto, CDU**, no que toca a algumas afirmações feitas em relação a defender bandeiras, todos defendem bandeiras e todos terão uma opção política. Quem ganhou as eleições foi a Lista do Rui Moreira e em relação às suas sugestões, algumas

são aceites e outras não. Ouviu com agrado a intervenção do deputado do PS, com coisas novas das quais não tinham pensado. Não se reviam na totalidade do documento, mas também reconheciam que muitas das sugestões por si apresentadas, estavam no documento. Em relação às indicações um pouco nebulosas, no sentido de estarem pouco precisas, obviamente, que também tinham dúvidas. Como sempre estavam com vontade de participar e melhorar a vida de quem mora na freguesia.

Alguns achegas de interesse para o executivo: o Bairro de Bessa Leite está a precisar de uma visita da Junta porque existe uma divisória de uma casa encostada à entrada da VCI, sem qualquer proteção sonora, os passeios estão degradados, os contentores estão nas curvas, nomeadamente junto dos Blocos dois e três, o contentor que está na curva e, para quem circula para entrar na rua da Argentina, não vê quem vem de frente; há o problema de saúde pública, com o amianto ainda existente em dois bairros: Condominhas e Mouteira. Um problema comum a toda a Freguesia, é o mau estado dos passeios, estamos a envelhecer, as pessoas tem de sair de casa e portanto a cidade tem de ser amiga das pessoas mais idosas; visitem também o espaço a que chamam o Bairro de Hollywood, que fica entre António Cardoso e Guerra Junqueiro, existe verdete na calçada portuguesa, árvores a destruir os passeios;

Em relação à marginal e uma coisa que já foi feita, façam força junto da APDL para estender a proteção da grade a toda a marginal, pois o risco de quedas é de quatro a cinco metros;

O estado da Ribeira da Granja, houve à pouco tempo a interdição do uso Corte Inglês, devido a erosão da parte de baixo;

Outra questão tem haver com a questão da segurança, de se circular a determinadas horas,

A questão da iluminação, nas Condominhas, no troço entre a rua Luís Cruz e quem vira para a rua do Progresso, local onde existem muito poucas lâmpadas acesas. Uma ligação que era importante era entre a marginal e a rua que vem do Aleixo, com a colocação de luz, asfaltar devidamente porque as pessoas têm direito à sua segurança; A questão do arvoredado também é importante, passadeiras e a sua iluminação, que é fundamental que em certos sítios cruciais da freguesia, as passadeiras tivessem lombas ou outra sinalização, pois por exemplo, junto do Cemitério, já houve acidentes;

Outra questão é sobre a animação, pois fui alertado por um morador da Travessa do Senhor da Boa Morte, onde abriu um bar, antiga fábrica dos candeeiros, pois as pessoas moram a cinco metros da entrada desse bar;

Outra questão é a do Bom Sucesso, pois tem de se arranjar uma solução assim como para o Bairro das Condominhas, onde existe um condomínio entre proprietários e inquilinos municipais; o caso do Bairro Bessa Leite que ainda tem catorze inquilinos municipais, portanto a Câmara tem de ter a lucidez para procurar uma situação de equilíbrio para acabar com este marasmo;

E por último a questão do cemitério que tem o muro danificado há anos.

Em relação ao orçamento, gostaria de saber porque existe uma redução tão drástica do investimento, ou já terão sido feitas muitas obras ou terá de haver outra explicação.

A problemática da droga é muito complexa e todos somos pessoas.

- **Delfim Sousa, CDU**, usou da palavra para questionar a Sra. Presidente da Junta, como terá sido possível construírem uma bomba de gasolina daquela volumetria na rua do Gólgota, pois retira lugares ao parque, ele esgota a lotação, coisa que nunca acontecia. É urgente que seja construída uma segunda faixa na rua do Gólgota de forma a que o trânsito consiga fluir para a VCI, do lado direito e do lado esquerdo seguir para a A1. Agradecia, se possível resposta à pergunta da construção da bomba de gasolina. Outra sugestão tem haver com as casas devolutas do Bairro Social da Arrábida que finalmente foram identificadas e passaram de património municipal para a Domussocial, embora haja alguns erros na identificação das mesmas e importava corrigir, pois existem mais duas casas devolutas. Isto é, que é pensar nas pessoas, pois durante anos as casas estiveram devolutas, património municipal, e continuam ainda devolutas. Este levantamento levou um ano e meio a fazer e espera-se que não demore tanto tempo a fazer a recuperação das mesmas.

- **Nuno Cruz, RM**, usou da palavra para dizer que não tem falta de sensibilidade à questão da droga. Ninguém tinha falado em criminalizar os toxicodependentes. A discriminação, o consumo na via pública, isso é que estaria mal. Deveria haver uma lei que proibisse o consumo de droga na via pública.

- **Ana Reynolds, PSD**, para falar sobre o plano e desejar boa sorte à Sra Presidente e ao Executivo, para que junto da Câmara e porque está previsto, em linhas gerais, uma pressão para haver uma melhoria na mobilidade na cidade e também na freguesia. Portanto, melhorar a rede de transportes é fundamental, exercendo pressão sobre a Câmara e a Câmara sobre as outras entidades; manter a pressão para manter as vias públicas, a recolha de resíduos porque retiraram vários pontos de recolha do lixo.

Em relação a toxicod dependência e resultante do desmantelamento do Bairro do Aleixo, também desejo boa sorte, porque se vai empurrando a culpa uns para os outros, a Junta para a Câmara, a Câmara para o Governo ou para a Polícia de Segurança Pública, mas quem sofre são os moradores e toda a gente, evidentemente que é um problema complicado de resolver, mas o nosso desejo para dois mil vinte é que se consiga ter a força suficiente para fazer pressão para os problemas irem sendo minimizados.

- **Gustavo Coelho, PS**, usou da palavra para informar ter conhecimento do que é crescer ao lado da toxicod dependência e por isso não aceita lições de moral sobre esse assunto, pois na sua rua, que é nesta Freguesia, havia toxicod dependentes todos os dias a consumir a sua dose e passava a citar "se não fosse despenalizado o consumo não se via", e esta frase resume o espírito de um membro da assembleia de freguesia do RM, não é preciso resolver o problema, mas sim que ele não se veja. Nós queremos resolver o problema e damos a solução, falem com o SICAD, falem com a unidade de saúde pública ocidental, pois eles estão lá para ajudar, orientar e mostrar as estratégias que usam e têm obtido bons resultados. A decisão de acreditarem nos profissionais de saúde, nos técnicos que estudaram bem o assunto é vossa, com todos os conhecimentos técnicos e científicos. Quanto ao que foi falado sobre as tiras de teste e como o dinheiro não estica, devia esse ser utilizado em Centros de Saúde.

- **Ana Reynolds, PSD**, não se deve tirar algumas conclusões sobre as tiras de teste dos diabéticos, porque é necessário fazer várias colheitas ao longo do dia e é preciso ajudar as pessoas, não se pode generalizar. Muitas das coisas que a Junta faz, também temos algumas dúvidas, mas também resulta do caos de como os serviços públicos estão nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde.

- **Susana Constante, BE**, usou da palavra para lembrar que relativamente à questão sobre o plano de atividades, que tem haver com os consumos às portas das escolas que lança o pânico moral e cria um problema muito grande, no que diz respeito à estratégia nacional, no que diz respeito às drogas e às dependências que temos no País. Não é verdade que não haja nada a fazer relativamente aos consumos às portas das escolas, pois está na legislação, no site do SICAD, ver o que está escrito sobre o consumo em espaço público, pois este consumo é alvo de uma contraordenação, existem umas comissões de dissuasão, em relação às quais a polícia pública e a municipal, têm o papel de intervir e fazer com que a pessoa que está a consumir num espaço público, onde não

é permitido consumir, seja encaminhada para uma comissão de dissuasão e isto não está a acontecer.

Cada ponto desta Assembleia pode levar sessenta e cinco minutos e tendo esta cinco pontos em discussão dava cinco horas, acho que se devia rever o regimento.

A última questão do plano que tem haver com os custos dos recursos humanos, porque existe uma diferença entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte, de vinte e cinco mil euros nas despesas com encargos com pessoal e nas despesas com a aquisição de serviços, há mais vinte mil. Tentar perceber o que ditou esta diferença nos encargos com o pessoal.

- **Secretária da Junta, Maria João Nunes**, usou da palavra para responder às questões, tendo começado pelo assunto dos encargos com o pessoal, informando que tinham tido três pessoas que se tinham aposentado nesse ano, logo, essa diminuição. Em relação à intervenção do Partido Socialista e o que mais gostariam era de não ter despesas com psicólogos, com apoios jurídicos e principalmente com verbas do fundo social de emergência e como cidadã portuguesa tinha vergonha que houvesse necessidade da Junta de Freguesia, necessitar de um psicólogo, de um fundo social de emergência, porque se estava a substituir ao Estado, pois o mesmo não tem resposta para o necessário. Respondendo à questão levantada pela Dra. Susana Pereira, relativamente à contratação ser maior, gostariam de não ter de o fazer, pois as escolas não possuem capacidade para contratar. Quanto a Comissão Social de Freguesias irá ser constituída no princípio do ano. Está prevista no enquadramento ao combate nacional de apoio social, pelas associações da Freguesia, representas por membros do estado. A bolsa de voluntariado é um novo programa que a Câmara Municipal do Porto irá implementar. Para que o mesmo seja mais eficaz, as pessoas inscrevem-se numa bolsa de voluntariado e a Câmara encaminha as pessoas para onde possam ser mais úteis; O Programa Casa Reparada, Vida Melhorada, ainda não foi assinado o protocolo e só depois é que será possível o seu acionamento.

Relativamente ao Orçamento Colaborativo, já foram apresentadas as propostas e avaliadas, informando ainda ter havido uma sessão pública de apresnetação e agora segue o seu rumo normal.

- **Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho**, em relação às questões colocadas, gostaria de falar da questão colocada pelo PS sobre a Associação de Pais lembrando que a mesma já tinha sido aprovada na última Assembleia, onde tinha sido aprovado um regulamento

de apoio às associações de pais com vista a ajudar as crianças que frequentam o ATL. Neste orçamento é contemplado os encargos assumidos pela Junta de Freguesia até ao final do presente ano letivo e do novo ano letivo que inicia de setembro até dezembro. O valor máximo em termos de crianças e participações, sendo esse valor, o valor total que está expresso.

Em relação ao pessoal já teria sido abordado a saída de três funcionários aposentados. O investimento subiu, porque teremos de ter valores para o orçamentar e o saldo irá transitar e só em abril se poderá pedir a incorporação desse saldo e nessa altura alocar ao investimento.

Em relação às tiras de glicose no sangue, existe inteira confiança no técnico que faz a gestão, mas o que se pode dizer em relação ao posto de enfermagem e ao material clínico que está orçamentado, pensamos que dará para o ano todo e não se tratará de um valor muito substancial e não existirá desperdício.

- **Nuno Cruz, RM**, para confirmar que os fregueses que vieram falar sobre a droga, nomeadamente da Associação de Moradores do Bairro de Pinheiro Torres e da bancada do OS e que o combate a droga não se faz com polícia, mas sim com médicos, enfermeiros e psicólogos. Quanto ao consumo na porta das escolas é penalizado com uma contraordenação, a polícia chega junto do toxicodependente e pede o bilhete de identidade e passa-lhe uma multa. Apenas um comentário "a liberdade dos toxicodependentes acaba quando começa a liberdade dos outros."

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, usou da palavra para lembrar que se estava numa assembleia de freguesia, não se estava no Governo, na Câmara Municipal do Porto nem em nenhuma outra instituição e acima de tudo lembrou que tinha sido eleita, o seu movimento tinha ganho. Na assembleia não poderia haver bandeiras, mas sim lembrar que em primeiro lugar estavam as pessoas e estava-se a debater decretos-leis, quando se deveria estar a debater o que se passa na freguesia e com os fregueses. Sentiu nas anteriores intervenções uma grande falta de conhecimento daquilo que se faz numa Junta de Freguesia e porque na maior parte das vezes não comparecem nas iniciativas promovidas pela Junta de Freguesia, embora sejam convidados. Em relação ao Sr. Gustavo Coelho, gostou de o ouvir falar e que se via que ele tinha estudado, pois houve muitas situações em que terá falado nomeadamente de alguns estudos em relação à mobilidade e afins, mas convidou-o a visitar a freguesia, a estar lá no dia a dia. Tinha de perceber e mais uma vez dizia, que a existência de psicólogos na Junta de Freguesia,

conforme já tinha sido dito ali, é porque o Serviço Nacional de Saúde não tinha psicólogos. Uma consulta de Psicologia no privado custa oitenta a cem euros. Perguntou se achava que alguns fregueses teriam esse dinheiro? Não têm. Não querará debater o serviço Serviço Nacional de Saúde, porque não é a da sua competência, mas têm os psicólogos porque o Serviço Nacional de Saúde não dá resposta às pessoas. A Junta, sim, articula com as outras entidades. Existe uma grande falta de conhecimento do que se passa numa Junta e se ontem tivesse ter tido a oportunidade de ter vindo á reunião, tinham estado disponíveis para explicar como se faz essa articulação. Demonstrou interesse em apresentar os atendimentos da psicóloga, da enfermeira, do gabinete de mediação, porque infelizmente e esperava bem que fizesse chegar aos deputados do seu partido, há certas situações que foram enunciadas aqui, que são interessantes e deveriam ser resolvidas. Em relação às doenças e às equipas, as pessoas ainda não compreenderam que a Junta, a Câmara do Porto e as instituições, estão a trabalhar em conjunto há anos. Em relação à toxicoddependência e conforme terá sido dito aqui subtilmente, antigamente não se via e o grande problema era esse, pois agora a droga está na via pública, enquanto eles estiveram escondidos no Aleixo, vi poucas pessoas preocupadas. As entidades, a Junta, a Câmara, o Ministério da Saúde, estão preocupadas e estão a fazer um trabalho há muito tempo. Teremos de ter cuidado no sentido do alarmismo, temos de nos acautelar, pois estamos a falar de uma situação muito delicada e estamos todos em articulação há muitos anos e já foram tratadas muitas situações.

Em relação a Dra. Susana Pereira, deixo umas perguntas: Se achava preferível colocar cinco pessoas, visto que o Ministério da Educação não tinha pessoas suficientes para as escolas, para que essas crianças possam ter mais uma pessoa a ajudá-las nos recreios e a controlar? Seria preferível deixar de colocar essas cinco pessoas a cuidarem das crianças? Não estariam a explorar as pessoas mas dado que tem os seus colegas no Parlamento peça para contratarem auxiliares, porque as escolas não tem auxiliares suficientes e a Dra. Susana deveria louvar a Junta pela atitude.

Em relação à CDU, como é prática e com toda a razão agradecia mais uma vez todos os contributos para esta Freguesia. Estava na sua posse uma resposta de uma situação que lhe tinha solicitado e são situações nas quais a Junta pode intervir.

Quanto ao PSD e em relação ao problema da mobilidade, não é fácil de ser resolvido e já terá tido algumas reuniões com a Dra. Cristina Pimentel e posso dizer que se está a fazer tudo o que é possível.

Quanto aos resíduos estão atentos.

Em relação ao Aleixo sempre existiu, mas agora é mais complexo.

Gostaria de convidá-los a estarem presentes no dia dezanove deste mês, num almoço nos nossos centros de convívio para que se possam aperceber um pouco de como a Junta trabalha.

Relativamente ao orçamento e ao plano de atividades, o mesmo é importante porque existe uma grande fatia para a área social: aumentou-se o fundo social de emergência porque a segurança social não tem capacidade para dar medicamentos aos mais desfavorecidos e é precisamente a mesma segurança social a que mais nos solicita essa ajuda.

Existem novos projetos para a Freguesia provenientes das contas estáveis que é algo positivo, pois é algo de muito orgulho para si e para os seus colegas.

Informou ainda que iriam acabar no final do mês as obras do Centro Social da Arrábida, para que os utentes pudessem ter melhores condições e para o próximo ano estava previsto obras na sede da Junta de Freguesia, obras no Centro de Convívio de Massarelos e obras no Salão Nobre de Lordelo do Ouro, para que assim as assembleias de freguesia possam ser alternadas e ainda para que se possa dar um espaço cultural a Lordelo do Ouro..

- **Marco Leitão, PS**, usou da palavra para esclarecer certas questões que foram referidas, como a municipalização dos STCP que acha que foi há cerca de dois ou três anos e não há um mês. Relativamente à PSP, há menos efetivos, mas não é só no Porto, é um problema a nível nacional e também há em outras áreas, como foi referido aqui, como as auxiliares de educação. Por vezes, um utiliza-se, discurso conforme dá jeito. Este Governo assumiu o compromisso das contas certas, tal como o executivo e o anterior da Câmara do Porto e isso é bom para o país, dá credibilidade e também dá para a Câmara Municipal do Porto. Penso que proximoamente vão ser aumentado os efectivos.

Relativamente às salas de consumo assistido, o Partido Socialista nunca recusou esta ideia, foi falado no mandato anterior e o Partido Socialista e o Grupo Rui Moreira, decidiram criar uma comissão municipal. Foi feito um estudo acerca disso e demorou um tempo a apresentar uma solução, que é esta que foi apresentada e espera-se que seja executada o mais rapidamente possível.

Em relação às rendas acessíveis, algumas questões desse programa do Governo não estão a funcionar como devia estar e penso que irão ser aprovadas novas medidas, nomeadamente no que concerne ao preço das rendas que são algo elevadas.

Gostavamos de esclarecer a nossa perspetiva do que foi dito pelo membro, Dr. Gustavo Coelho, e da qual também partilha, considerando que a área da saúde e outras determinadas áreas não são da competência da Junta. Acham bem que as juntas actuem nestas áreas e já há muito tempo que o fazem e o Dr. Gustavo sabe disso. Poderá não ter a experiência dos que aqui andam há mais tempo, mas o que foi dito, está correto, que é tentar fomentar uma maior coordenação entre as iniciativas nestas áreas da Junta com os serviços do Estado, que são complementares.

Quanto às iniciativas da Junta, é verdade que não comparecem muito, mas não é por falta de vontade, mas sim por ser complicado gerir com as vidas de cada um.

Foi feito um desafio neste mandato, penso que pela Dra Manuela Amorim, e do qual nunca tinham sido contactados para o efeito. Contem connosco para colaborar na execução de determinadas medidas, estaremos aqui para ajudar.

O fundo de emergência social foi criado no mandato anterior e foi reforçado. O Partido Socialista fazia parte desse executivo e obviamente votou a favor, temos o fundo de emergência da Câmara e o fundo de emergência da Junta. Quando o fundo de emergência foi reforçado, foi ao mesmo tempo que o fundo da Câmara. Se não foi assim, assume o erro, mas de qualquer forma este fundo de emergência é uma boa iniciativa. Iremos abster-nos, porque concordamos com algumas medidas, outras não, mas na globalidade nota-se uma melhoria.

- **Susana Constante, BE**, para dizer que não tinham obtido resposta relativamente ao facto de não ser mencionado, nas Grandes Opções do Plano, quais as propostas dos grupos políticos que foram integradas e que relativamente às três propostas que o BE apresentou, não eram referenciadas em lado nenhum.

Também não tinham obtido resposta da sessão pública sobre a situação das dependências na Freguesia e das reuniões regulares com estas organizações, formalizadas num grupo de trabalho, que terá saído desta Assembleia.

Levantou ainda uma questão adicional, sobre o plano e o orçamento da Adilo que antes vinha a esta Assembleia, e que terá deixado de fazer parte dos documentos que são apresentados.

Relativamente à participação dos grupos políticos nas ações que decorrem na freguesia, é politicamente desleal fazer menção a coisas que acontecem durante a tarde, ou ao almoço tendo em conta as atividades profissionais de cada um.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, usou da palavra para lembrar a Dra. Susana que há uns tempos atrás marcou uma reunião num horário de trabalho e da qual recebeu críticas de muitos membros desta assembleia de freguesia.

- **Susana Constante, BE**, usou da palavra para dar resposta ao Sr. Presidente da Assembleia de freguesia referindo que o horário em causa foi indicado pelas organizações de terreno e estas ações/atividades são marcadas pela Junta de Freguesia, que agora vem dizer que nós falhamos aos compromissos.

Colocado a votação o ponto três:

Votos Contra – 3 (2 CDU, 1 BE)

Abstenções – 6 (4 PS, 2 PSD)

Votos a Favor – 9 (RM)

Ponto 4 – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal de 2020;

Não houve intervenções.

Colocado a votação o ponto quatro:

Votos Contra – zero

Abstenções – 1 (BE)

Votos a Favor – 16 (8 RM, 2 PSD, 4 PS, 2 CDU)

Ponto 5 – Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia, relativa aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019.

Não houve intervenções.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Mano

ATAS

Flávio José Machi. de Sa. e Memória. Lacer

José Antônio de Silva Bandas

Virginia Celina Braga Oliveira Sordino C. Pinheiro